

O peso do Estado no desenvolvimento da sociedade brasileira: a interpretação de Raymundo Faoro e Fernando Henrique Cardoso

Pollyanna Paganoto Moura¹

Camilla dos Santos Nogueira²

Rodrigo Emmanuel Santana Borges³

Resumo: o presente trabalho tem por objetivo evidenciar as relações entre o pensamento de Raymundo Faoro e de Fernando Henrique Cardoso no que tangem ao papel da burocracia estatal no desenvolvimento da nação. Analisando a obra “os donos do poder” de Faoro e um conjunto mais amplo de trabalhos de Cardoso, buscamos evidenciar as semelhanças e dissimilaridades no pensamento dos dois autores. Percebemos que, a despeito de discordarem com relação à autonomia da burocracia frente às classes, o conceito de “estamento burocrático” de Faoro se aproxima às categorias de “burguesia de Estado” e “anéis burocráticos” de Cardoso, de modo que ambos concordam com a impossibilidade de se compreender o desenvolvimento capitalista no Brasil sem levar em consideração as forças políticas que dominam a nação.

Palavras-chave: Estamento Burocrático; Burguesia de Estado; Anéis Burocráticos, Raymundo Faoro; Fernando Henrique Cardoso.

The weight of the State in the development of Brazilian society: the interpretation of Raymundo Faoro and Fernando Henrique Cardoso

Abstract: the present paper aims to show the relationship between Raymundo Faoro's and Fernando Henrique Cardoso's thoughts regarding the role of state bureaucracy in the development of the nation. Analyzing Faoro's work “Os donos do poder” and a broader set of Cardoso's works, we highlight the similarities and dissimilarities in the thinking of the two authors. We realize that, despite disagreeing with respect to the autonomy of bureaucracy vis-à-vis the classes, Faoro's concept of “bureaucratic status” comes close to Cardoso's categories of “State bourgeoisie” and “bureaucratic rings”, so that both agree with the impossibility of understanding capitalist development in Brazil without taking into account the political forces that dominate the nation.

Keywords: Bureaucratic Status; State Bourgeoisie; Bureaucratic Rings; Raymundo Faoro; Fernando Henrique Cardoso.

1 Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professora da Faculdade de Ensino Superior de Linhares/ES – FACELI.

2 Doutora em Política Social/UFES. Atualmente coordenadora do projeto de pesquisa Edital FAPES/CNPq nº 11/2019 – Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional – PDCTR.

3 Doutor em Economia pela Universidad Complutense de Madrid. Bolsista de pós-doutorado (Edital FAPES/CAPES n.10/2018 – PROFIX 2018) em Política Social/UFES.

Introdução

Raymundo Faoro e Fernando Henrique Cardoso foram dois autores que buscaram interpretar o Brasil a partir de uma análise concreta da realidade brasileira, rompendo com padrões pré-concebidos que dominavam o pensamento de suas épocas. Nesse sentido, Cardoso buscou superar as teses pessimistas que dominavam a esquerda intelectual e diziam que o Brasil só poderia se desenvolver após romper com um passado de dominação colonial e um presente de dependência econômica externa. Para tanto, circunscreveu seu debate dentro do paradigma marxista com aportes weberianos, seguindo a tradição dominante no pensamento sociológico do período⁴. Já Faoro foi além, ao tentar construir um pensamento que fosse completamente desvinculado do marxismo e weberianismo clássicos e que desse conta das especificidades de um Brasil que, ao não compartilhar com o passado feudal das nações de vanguarda, também não compartilharia de seu presente capitalista, pautado no cálculo racional do lucro.

Ambos os autores quiseram romper com as amarras intelectuais de seu tempo, criando teorias que pensassem um Brasil com olhos de brasileiros. Mas os dois autores chegaram a resultados muito distintos. Enquanto o pensamento de Faoro foi marcado por um pessimismo quanto ao futuro da nação, prisioneira das vontades de um estamento burocrático que sufocava a sociedade civil, Cardoso afirmava que o desenvolvimento em terras tupiniquins era possível, mesmo que de forma dependente e associada.

Não obstante, talvez por terem abandonado pensamentos pré-concebidos a respeito da realidade brasileira, os dois se utilizam de um mesmo elemento central em suas teses: o estamento burocrático derivado de um estado patrimonialista. Esse elemento é mais visível na obra de Faoro, mas não só está presente em Cardoso como também ocupa um lugar central em seu pensamento.

O presente trabalho tem por objetivo evidenciar as relações entre o pensamento de Faoro e de Cardoso, no que tange ao papel da burocracia estatal no desenvolvimento da nação. Esse não é um debate inédito, no sentido de que há outros autores que trataram o tema de forma similar. Sérgio Tavolaro (2005), por exemplo, defende a posição de que não há uma ligação entre os pensamentos de Faoro, como representante da vertente sobre a herança patriarcal-patrimonial no Brasil, e de Cardoso, representante da teoria sociológica da dependência. Segundo Tavolaro, o único ponto de semelhança entre os dois autores seria a ideia de que o Brasil apresenta um desvio com relação à modernidade, na forma em que ela se manifesta nos países centrais.

Já Luiz Werneck Vianna (2006) defende a ideia de que o pensamento de Cardoso só se aproximou de Faoro, no que tange às raízes patrimoniais da sociedade brasileira, após aquele ocupar o cargo de presidente da República. Assim, Vianna afirma que essa é a origem das políticas engendradas por Cardoso na década de 1990, com um processo de abertura econômica, desaparecimento do setor produtivo estatal e reforma da gestão do Estado. Ribeiro (2010), apresentando uma interpretação mais próxima à que será explorada nesse trabalho, aponta para a centralidade do conceito de patrimonialismo no pensamento de Fernando Henrique Cardoso em toda a sua obra, sendo também, um elemento fundamental para as medidas tomadas por ele durante o exercício da presidência da República.

Diferente do que faremos aqui, os referidos autores não trataram exclusivamente da figura do estamento burocrático, mas sim do regime patrimonialista do qual ele tem origem. A fim de contribuir para esse debate, apresentaremos a concepção dos dois autores com respeito ao estamento burocrático, evidenciando suas semelhanças e dissimilitudes. Iniciaremos pelo pensamento de Faoro, analisando a forma como trata o estamento burocrático na obra “Os donos do poder”. Em seguida apresentaremos o pensamento de Cardoso, destacando como esse mesmo conceito está presente de uma forma transversal em toda sua obra. Por fim, traçaremos alguns comentários a título de conclusão.

4 No que tange ao debate acerca da filiação teórica de Cardoso, sugerimos conferir Franklin (2016).

O estamento burocrático em Raymundo Faoro

Na concepção de Raymundo Faoro, a camada de poder que paira sobre as classes e domina o Estado brasileiro é o que ele chama de estamento burocrático. Esse estamento, que se constitui no aparelho político-administrativo do Estado, fecha-se sobre si mesmo, no sentido de que, a despeito de ter sido composto para gerenciar os negócios de outro (primeiramente, os negócios privados do príncipe e, depois, a coisa pública) busca atender apenas seus próprios interesses. O estamento burocrático domina a esfera econômica, subjugando as classes ao seu próprio interesse. Nas palavras de Faoro:

O estamento burocrático comanda o ramo civil e militar da administração e, dessa base, com aparelhamento próprio, invade e dirige a esfera econômica, política e financeira. No campo econômico, as medidas postas em prática, que ultrapassam a regulamentação formal da ideologia liberal, alcançam desde as prescrições financeiras e monetárias até a gestão direta das empresas, passando pelo regime das concessões estatais e das ordenações sobre o trabalho. Atuar diretamente ou mediante incentivos serão técnicas desenvolvidas dentro de um só escopo (FAORO, 2001, p. 826).

O termo “burocrático”, como é utilizado por Faoro, não possui o sentido modernizador (positivo) como em Max Weber. Pelo contrário, ele representa a apropriação do cargo público por parte daquele que o exerce, explorando economicamente o monopólio que possui sobre o exercício de função pública, direcionando a economia conforme seus interesses. Assim, esse caráter burocrático do estamento impede o desenvolvimento da calculabilidade e da racionalidade econômica, marcas do capitalismo de caráter industrial. Ao invés da burocracia garantir a impessoalidade da gestão pública, ela proporciona exatamente o contrário. Não a pessoalidade do chefe do governo, mas sim a pessoalidade por parte daqueles que compõem o aparelhamento do Estado em todos os níveis.

Já o termo “estamento” refere-se ao fato de que essa camada de poder não constitui uma classe. O estamento é uma camada social⁵, que surge a partir de uma comunidade possuidora de uma identidade própria, baseada em um prestígio que emana do exercício do poder e se infunde em toda a sociedade. Faz parte da cultura estamental a diferenciação pessoal que caracteriza a dominação tradicional. Para fazer parte do estamento, o sujeito deve se mostrar apto, precisa possuir a capacidade e o perfil adequado, condizente com o estamento. Não importa a classe a qual pertença: seja das classes aristocráticas, burguesas ou das classes oprimidas, uma vez que um indivíduo é integrado ao estamento burocrático, passa a possuir privilégios e emanar uma autoridade própria.

Por sua vez, para Faoro, a classe é um fenômeno de mercado, econômico, que pode ou não constituir uma identidade e agir em conjunto na defesa de seus próprios interesses. O que diferencia os indivíduos de classes diferentes é a forma como exploram seus bens. O autor destaca a existência de três classes com seus polos positivos e negativos: a classe proprietária, a classe lucrativa (ou especulativa) e a classe média.

A classe proprietária se define pelas diferenças de bens, que determinam a situação dos membros. O setor positivamente privilegiado se compõe de senhores de rendas – rendas colhidas em imóveis, escravos, barcos, valores e créditos. No pólo contrário, gemem os objetos da propriedade (escravos), *déclassés*, devedores, pobres. A classe lucrativa (especulativa) encontra seu caráter nas probabilidades de valorização de bens e serviços no mercado – comerciantes, armadores, industriais, empresários agrícolas, banqueiros e financistas [...]. Os trabalhadores, qualificados, semiquilificados e braçais, se agrupam no extremo negativamente privilegiado. A chamada classe média recolhe as camadas intermediárias dos grupos proprietários e especuladores e mais setores de expressão própria: a pequena burguesia antiga e a nova classe média dos empregados com *status* quase autônomo (*white collar*) (FAORO, 2001, p. 237).

5 No sentido de que é um fenômeno social e não econômico.

O estamento paira sobre as classes, insensível ao embate entre elas. Ele se aproxima das classes proprietária e média quanto ao estilo de vida, mas é, sobretudo, da classe lucrativa que se alimenta. O estamento cerceia a livre iniciativa e direciona a classe lucrativa para as atividades econômicas que julga mais interessante.

Fica claro que o conceito de “classe” utilizado por Faoro não é equivalente aos homônimos marxista e weberiano, nem essa é sua proposta. O autor se esforça para empregar os conceitos habituais das ciências políticas e sociais e usá-los com um sentido próprio, como julga mais adequado para a compreensão da realidade brasileira.

A origem do estamento burocrático

Em Faoro, um estamento, como um agrupamento de pessoas que desfrutam de um mesmo privilégio, decorrente de um status pessoal, é uma formação social que surge de modo espontâneo em qualquer sociedade que não seja dominada pelo mercado. Não obstante, o desenvolvimento do capitalismo, com seu caráter modernizante, tende a reduzir o prestígio do estamento, aproximando-os da extinção.

Tal teria sido o ocorrido em países, como Inglaterra e França, que apresentaram em algum momento de sua história um passado feudal. No entanto, o feudalismo é, para Faoro, uma formação social acidental, um “desvio na formação da nação politicamente organizada” (FAORO, 2001, p. 36).

Assim, a capacidade de sobrevivência que o estamento burocrático demonstrou no percurso histórico do desenvolvimento do capitalismo no Brasil está relacionada com o fato de que o país não experimentou o desvio feudal em sua formação. Ao invés do feudalismo, o país conheceu a monarquia patrimonialista, importada de Portugal.

O patrimonialismo não logrou ser suplantado pelo capitalismo de caráter industrial. Em seu lugar, como única alternativa possível, surgiu o que Faoro caracteriza por capitalismo politicamente orientado, um tipo específico que não só preserva o estamento burocrático como é dirigido por ele. Esse capitalismo político se constitui como o único capitalismo possível posto que, desde a formação do Estado português, o desenvolvimento da atividade lucrativa foi controlado pelo estamento, inicialmente como negócio do príncipe e posteriormente como negócio público. A livre iniciativa não dispôs da autonomia necessária para buscar no desenvolvimento da atividade econômica a satisfação do seu desejo de lucro. Ao invés disso, ela se aproximava do Estado, que a tutorava, e mendigava concessões e monopólios que o estamento distribuía da forma que lhe convinha.

Em uma sociedade patrimonialista, dominada pelo estamento, como a sociedade brasileira, este se constitui na ponte que ligará essa sociedade com o mundo externo, de modo que as transformações modernizantes que surgem como uma pressão política ou econômica internacional só serão incorporadas após digeridas e adaptadas à realidade do estamento. O modo de produção capitalista, portanto, só se difunde nessa sociedade após ter sido modificado e adaptado para a realidade estamental. A modernização transforma a sociedade para preservar a estrutura de dominação tradicional.

Assim, o estamento burocrático possui suas origens no passado patrimonialista, mas não pode ser considerado um resto de um passado que persiste fora de seu tempo. Ao contrário da crítica marxista e liberal, que considera a existência de resquícios feudais em uma sociedade capitalista moderna como um fenômeno transitório, Faoro destaca que o capitalismo politicamente orientado não é uma etapa intermediária na passagem para o capitalismo, mas a forma como este se desenvolve sobre os países de herança patrimonialista.

A crítica liberal e a marxista, ao admitirem a realidade histórica do Estado patrimonial, com sua alma no capitalismo politicamente orientado, partem do pressuposto da transitoriedade do fenômeno, quer como resíduo anacrônico, quer como fase de transição. Ambas, na verdade, comparam a estátua imperfeita a um tipo ideal, este, em termos de distância histórica, de existência mais curta, de cores mais embaralhadas que a clara visão de seus ideólogos (FAORO, 2001, p. 821-822).

A industrialização dirigida pelo estamento

Para Raymundo Faoro, o capitalismo comercial, politicamente orientado, surgiu cedo na sociedade portuguesa. A estrutura patrimonial, ao impedir a calculabilidade e a racionalidade, gerou um efeito estabilizador na economia, impedindo a difusão do capitalismo industrial. Em Portugal “atividade industrial, quando emerge, decorre de estímulos, favores, privilégios, sem que a empresa individual, baseada racionalmente no cálculo, incólume às intervenções governamentais, ganhe incremento autônomo” (FAORO, 2001, p. 40).

Essa estrutura patrimonialista, transplantada para o Brasil, legou ao Estado a incumbência de dirigir o processo de industrialização da economia. Faoro destaca que esse processo foi levado a cabo pelo estamento burocrático após a Revolução de 1930, movido pelo propósito de emancipar o país da subordinação externa. A industrialização, vista como a única forma de superar a dependência, consolidou o domínio político do aparato estatal sobre a economia, agora com foco na atividade produtiva.

O resultado de uma ampla intervenção estatal no setor industrial, ora incentivando, ora produzindo diretamente sob o controle do estamento, foi a incapacidade de desenvolver, na iniciativa privada, a capacidade para o cálculo racional. Outro ponto de destaque é que, do mesmo modo em que na monarquia patrimonialista o extrato mais lucrativo da atividade comercial ficava sob o domínio direto do príncipe, nesse capitalismo politicamente orientado de matriz industrial, as atividades essenciais para a industrialização ficaram sob o controle direto do estamento burocrático. A iniciativa privada não é impedida de atuar, mas quando atua o faz por meio de concessões e incentivos do Estado.

A burocracia estatal em Fernando Henrique Cardoso

A preocupação em abordar os impactos da existência de um grupo social, desvinculados das classes econômicas, que domina o aparelho estatal está presente desde cedo nas obras de Fernando Henrique Cardoso. Não obstante, ao contrário de Faoro, Cardoso demonstra uma preocupação em respeitar as conceituações teóricas dos autores clássicos das ciências sociais.

Por esse motivo, o autor evita tratar o estamento como um grupo autônomo em relação às classes, como faz Faoro. Ao invés disso, busca vincular as ações do estamento com os interesses da classe burguesa, ao mesmo tempo em que indica que as relações políticas devem ser levadas em consideração nos estudos do desenvolvimento econômico.

Para evidenciar a importância e o papel do aparelhamento do Estado no pensamento de Cardoso, faremos a seguir um resgate desse assunto como tratado em algumas de suas obras. Tal abordagem se inicia desde a obra “Capitalismo e escravidão no Brasil meridional”, escrita em 1962, quando o autor destaca o papel do estamento burocrático em garantir os interesses da Coroa portuguesa no início da formação do Rio Grande do Sul, e mostra como esse estamento foi posteriormente dominado pelos senhores de terras locais (CARDOSO, 1962).

Mas é na década de 1970 que o estamento burocrático ganha mais importância no pensamento do autor, ao mesmo tempo em que ele se volta para a questão da dependência brasileira. Na obra “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, escrita em 1969 em coautoria com o sociólogo marxista chileno Enzo Faletto, os autores afirmam que o desenvolvimento dos países latino-americanos é retardado pela tentativa dos grupos políticos de dominação tradicional em se manterem no poder. Além disso, evidenciam que, pela ação dessas forças políticas, a implantação do modo capitalista de produção não gera obrigatoriamente um processo de modernização no sentido de exclusão dos “grupos tradicionais” na dominação da vida econômica (CARDOSO; FALETTTO, 1979).

Essa referência não é tão explícita pelo fato dos autores não tratarem de um país em específico, mas da América Latina como um todo. Mas fica claro, no artigo “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência”, publicado originalmente em 1973, o significado desses “grupos tradicionais” no Brasil:

A título de mera ilustração: amiúde o “partido” nas sociedades dependentes é um “setor do Estado” ocupado por um “grupo social”. Entretanto, este “grupo social”, embora implemente interesse econômico de classe (em última instância...) pode muito bem estar constituído sob a liderança de “funcionários”, ou seja, de membros do aparelho do Estado (CARDOSO, 1978, p. 391).

É na obra “Autoritarismo e democratização”, de 1975, que Cardoso apresenta sua conceituação de forma mais cristalizada sobre o tema, e também que a semelhança com o pensamento de Faoro fica mais aparente. Nela, o autor trata do peso que “uma estrutura política que nunca foi democrática e que se formou no solo Ibérico e dele foi transplantada para a América sem jamais ter sido realmente europeia” (CARDOSO, 1975, p. 12) possui para a formação de um desenvolvimento capitalista dependente e associado no Brasil.

Nessa obra, o autor analisa a forma como o Estado patrimonial português influenciou a formação das cidades na América, cujas sociedades se estruturavam em torno de dois tipos sociais: o funcionário e o senhor de terras. Em seguida, descreve como, no decorrer da história do Brasil, o domínio do estamento burocrático conseguiu sobreviver, enfrentando períodos de altos e baixos, consolidando-se no golpe de 1964. O autor estabelece a ligação entre o regime autoritário, o estamento burocrático e suas vinculações com a classe burguesa:

Eu penso que os regimes deste tipo [antidemocráticos], nas sociedades dependentes, encontram sua *raison d'être* [...] nos interesses sociais e políticos dos estamentos burocráticos que controlam o Estado (civis e militares) e que se organizam cada vez mais no sentido de controlar o setor estatal do aparelho produtivo (CARDOSO, 1975, p. 40).

O controle do aparelho produtivo por parte do estamento burocrático daria origem ao que Cardoso chamou de burguesia de Estado. Além disso, é preciso destacar que, ao dizer que o estamento controla o Estado, o autor não está supondo que faça isso acima dos interesses das classes. Ao contrário, ele é enfático ao afirmar que os interesses da classe burguesa são garantidos pelo estamento em uma relação intermediada pelos “anéis burocráticos”.

A burguesia de Estado e os anéis burocráticos

Como foi ressaltado anteriormente, Cardoso busca relacionar a existência do estamento burocrático com os interesses burgueses, de forma que aquele não se constitua em um grupo autônomo, totalmente desprendido das relações de classe. Para tanto, utiliza o conceito de burguesia de Estado e de anéis burocráticos.

O primeiro desses conceitos refere-se a uma parcela do estamento burocrático que desempenha um papel reservado à classe burguesa: explorar o trabalho através da propriedade dos meios de produção. O que faz essa camada não ser um extrato da classe burguesa propriamente dita é o fato de que os meios de produção que estão à sua disposição são de propriedade pública, organizados em empresas estatais.

Essa formação está relacionada com a difusão de empresas estatais que aconteceu, sobretudo, a partir da década de 1930 e ganhou força no regime militar de 1964. Cardoso destaca que, apesar do regime de propriedade dos meios de produção ser público, o mesmo não pode ser dito sobre seu controle (no sentido de que não se vinculava com os desejos da população).

O capital, como afirma Cardoso (1975, p. 17), “não conhece distinção entre ‘público’ e ‘privado’”, de modo que a existência desse grupo social distinto dos seus correspondentes privados não altera os mecanismos econômicos do capitalismo, servindo, no fim das contas, como um suporte para a acumulação capitalista. Não obstante, a burguesia de Estado gera grandes mudanças nos aspectos políticos, no sentido de que o âmbito de decisão do processo produtivo não se restringe ao ambiente da empresa, podendo-se ligar a questões políticas mais amplas – quiçá a um movimento de um estatismo expansionista.

Por fim, essa burguesia de Estado, de qualquer forma, tornou-se um agente importante no desenvolvimento da sociedade brasileira, compondo, juntamente com o empresariado nacional e com as empresas multinacionais, o que Cardoso denominou de “tripé do desenvolvimento dependente-associado”.

Ainda dentro do esforço que Cardoso empreende para evidenciar a forma como o estamento burocrático encontra-se relacionado com os interesses da classe dominante, encontra-se o conceito de “anéis burocráticos”. Nas palavras do próprio autor:

Por esta expressão entendo o círculo de interesses que se forma compatibilizando os anseios políticos e as necessidades econômicas de grupos e facções de classes distintas (a própria burocracia, especialmente a militar, o empresariado nacional ou estrangeiro, as empresas do Estado etc.) para, num dado momento, sustentar um conjunto de políticas (CARDOSO, 1978, p. 391-392).

Com esse conceito, Cardoso ressalta que o Estado não figura como um elemento autônomo diante da classe dominante, mas que existe um processo de simbiose entre o Estado e a sociedade civil. Os interesses de grupos distintos são executados pelo Estado, transmitidos para o aparato de funcionários públicos por meio desses anéis burocráticos.

De um lado, a existência desses anéis remove o caráter de dominação tradicional do estamento burocrático, ao relacioná-lo com os interesses de classes. De outro, evidencia o processo de “privatização” do Estado, no sentido que diferentes grupos da burocracia que se encastelam na máquina pública vinculam-se a interesses puramente privados.

Considerações Finais

Fica claro que, a despeito da diferença de forma presente nos dois autores, ambos tratam de um mesmo fenômeno ao retratar o aparelho do Estado no Brasil. Em primeiro lugar, para os dois autores esse estamento burocrático representa a sobrevivência de um elemento de dominação tradicional no seio do capitalismo brasileiro. Esse elemento não só sobrevive como domina o sistema político e econômico da nação.

Ambos apontam a origem do estamento no Estado patrimonialista de origem Ibérica, transplantado para o Brasil no período colonial, e concordam com o papel que o estamento desempenhou no

desenvolvimento histórico do Brasil⁶, atrasando o progresso econômico e social. Outro ponto de similitude é que, para os dois autores, o aparelhamento estatal estabelece a ponte com o mundo externo, de modo que os processos de modernização só são incorporados à sociedade após serem moldados de acordo com a vontade e o interesse do estamento.

Além disso, o conceito de burguesia de Estado, presente em Cardoso, se mostra compatível, em certa medida, com o pensamento de Faoro. Cardoso cria esse conceito como forma de estabelecer uma relação entre estamento e classe, e aponta sua origem para o início da industrialização no Brasil, por volta da década de 1930 e 1940. Faoro, ao abordar o mesmo período histórico, também põe em evidência o domínio direto do Estado sobre a atividade industrial e, quanto à relação entre classe e estamento, é preciso lembrar que o conceito de classe, presente em Faoro, não é o mesmo utilizado pela análise marxista (compatível com a interpretação de Cardoso). Portanto, dizer que parte do estamento realiza o papel reservado à burguesia de exploração dos meios de produção não é uma afirmação incompatível com o pensamento de Faoro.

Um último elemento de concordância, e talvez o mais significativo, é que tanto para Faoro quanto para Cardoso a existência do estamento no seio do capitalismo moderno do Brasil não representa um elemento anacrônico, mas sim a especificidade do capitalismo possível nessa nação: o capitalismo politicamente orientado para o primeiro, e dependente-associado para o segundo. Podemos dizer que talvez esse ponto seja o mais significativo posto que é o ponto no qual os dois autores divergem da maioria dos interpretes do Brasil, de vertentes que vão desde a liberal até a marxista, que apontam a sociedade tradicional como um ponto transitório na passagem para o capitalismo.

Como ponto de discordância, o único que incompatibiliza o pensamento dos dois autores, derivado da preocupação de Cardoso em circunscrever sua análise no âmbito do discurso acadêmico que dominava a sociologia em sua época, diz respeito à autonomia do estamento frente às classes. Faoro é enfático ao destacar que o estamento burocrático domina a nação mantendo-se acima do conflito entre as classes, representando somente seus interesses. Já Cardoso argumenta que, por meio dos anéis burocráticos, os interesses das classes são garantidos pelo estamento, de modo que esse não é um corpo completamente alheio aos anseios da sociedade.

Por fim, podemos resumir o debate nos seguintes termos: no pensamento de Cardoso, o estamento burocrático aparece como uma instituição um pouco enfraquecida, comparada com a forma que lhe dá Faoro; mas há uma concordância entre os dois autores de que não é possível compreender o desenvolvimento capitalista no Brasil sem levar em consideração as forças políticas que dominam a nação.

Referências

- CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, F. H. Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência. In: SERRA, J. (Org.). **América Latina**: ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARDOSO, F. H. **A construção da democracia**: estudos sobre política. São Paulo: Siciliano, 1994.
- CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

6 Para mais detalhes sobre esse ponto, ver Cardoso (1994).

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FRANKLIN, R. S. P. Seria Fernando Henrique Cardoso um weberiano? **História Econômica & História de Empresas**, v. 19, p. 189-219, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.29182/hehe.v19i1.417>>.

RIBEIRO, M. A. F. O patrimonialismo na sociologia de Fernando Henrique Cardoso e o atraso brasileiro. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**: CSONline, Juiz de Fora, v. 4, n. 9, p. 179-205, jan. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17144>.

TAVOLARO, S. B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 5-22, out. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092005000300001&script=sci_abstract&tlng=pt.

VIANNA, L. W. O presidente e a revolução passiva. In: VIANNA, L. W. **Esquerda brasileira e tradição republicana**: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

Recebi do em: 20/03/2020

Aprovado em: 06/04/2021